



Instituto
GUAICUY

ANEXO 1.1
PROJETOS DAS
COMUNIDADES
ATINGIDAS

**ALMA
NAQUE**
REGIÃO 5





ANEXO 1.1
PROJETOS DAS
COMUNIDADES
ATINGIDAS

Possíveis projetos
relacionados a atividades
econômicas e danos
percebidos



Foto: Pedro Lavigne

SUMÁRIO

Apresentação
pág 6

Projetos comunitários na Região 5:
caminhos coletivos para semear o futuro
pág 8

As águas nos unem: o retrato
de uma luta da Região 5
pág 12

Projetos locais
pág 21



Artesanato e
produção artesanal
pág 27



Cadeia
do turismo
pág 39



Hortas e quintais
produtivos
pág 51



Avicultura e
produtos granjeiros
pág 31



Extrativismo
pág 43



Meliponicultura
e apicultura
pág 55



Animais de médio e
grande porte
pág 33



Feiras,
cooperativismo e
associativismo
pág 45



Piscicultura
pág 57



Cadeia
da pesca
pág 35



Festas
tradicionais
pág 49



Produção de
alimentos e bebidas
pág 59

Projetos de
escala regional
pág 63

Danos coletivos e
socioeconômicos
pág 74

APRESENTAÇÃO

ESTE ALMANAQUE, que guarda a memória do processo de definição dos danos coletivos e socioeconômicos mais vivenciados pela população da Região 5 atingida pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho e de levantamento de projetos para compensá-los, nasce da caminhada das pessoas atingidas na luta por reparação. Ele reúne lembranças, registros e conquistas importantes de um processo construído com muita participação, organização e coragem.

Em 25 de janeiro de 2019, o desastre-crime provocou a morte de 272 pessoas, devastou comunidades inteiras e causou danos profundos ao meio ambiente, na economia e na vida de milhares de famílias ao longo de toda a Bacia do Paraopeba, Represa de Três Marias e calha do São Francisco. Desde então, as pessoas começaram a se organizar para garantir que a reparação não fosse tratada como um favor, mas reconhecida como um direito.

Na Região 5, esse movimento surgiu desde os primeiros momentos, com a criação de grupos que foram chamados

de comissões locais. Esses grupos foram responsáveis por eleger o Instituto Guai-cuy como Assessoria Técnica Independente, garantindo que as comunidades tivessem apoio para construir propostas e defender seus direitos. No dia 4 de fevereiro de 2021, foi assinado o Acordo Judicial de Reparação dos Danos Coletivos entre a Vale, o Governo de Minas Gerais, o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Minas Gerais e a Defensoria Pública de Minas Gerais.

O Acordo estabeleceu diversas medidas de reparação para os danos coletivos sofridos pelas comunidades, entre elas o Anexo 1.1, que destina recursos para projetos comunitários e linhas de crédito e microcrédito, prevendo a participação direta das pessoas atingidas em todas as etapas e fortalecendo a governança popular nos territórios. Ainda em 2021, as pessoas atingidas começaram a debater sobre a organização necessária para gerenciar essas medidas, elaborando documentos importantes, como o dossiê sobre crédito e microcrédito e o mapa preliminar de governança.

Em seguida, no 1º Encontro das Pessoas Atingidas da Bacia, foram definidos os critérios para escolha da Entidade Gestora, garantindo autonomia, independência frente à Vale e capacidade técnica para conduzir os recursos. No ano seguinte, o processo se aprofundou com formações, reuniões de Comissão, cartilhas explicativas e a sistematização dos danos coletivos. A Região 5 desempenhou papel fundamental em todo esse percurso, mantendo encontros regulares, criando materiais de comunicação e ajudando a estruturar as metodologias que hoje sustentam a governança popular do processo de reparação.

Em novembro de 2023, foi concluída a Cartilha do Anexo 1.1, organizada a partir das escutas locais e dos debates realizados nos territórios. No ano seguinte, encontros regionais, eventos comunitários e reuniões formativas consolidaram as propostas construídas pelas comunidades. Nos dias 8 e 9 de junho de 2024, o Encontro da Bacia aprovou a Proposta Definitiva do Anexo 1.1, definindo critérios

de aplicação, processos de governança e diretrizes para execução dos projetos.

Em 2025, foi realizado o diagnóstico de danos, conferindo e validando com cada uma das comunidades os danos coletivos sofridos. Em junho, a Entidade Gestora iniciou oficialmente seus trabalhos, e também nesse mês os Conselhos e Setores locais da Região 5 se estabeleceram, garantindo participação direta das comunidades e dos Povos e Comunidades Tradicionais na tomada de decisões. Já em agosto de 2025, foi a vez de escolher os representantes do Conselho Regional e do Setor Regional, completando a estrutura de governança popular e participativa.

Agora, este Almanaque registra parte desse caminho. Ele apresenta os danos reconhecidos, alguns dos projetos levantados pelas comunidades e o desenho dos Conselhos que irão guiar as próximas etapas. Mais do que um documento, é um testemunho de um processo histórico, coletivo e democrático,

construído com coragem e participação ativa das pessoas atingidas da Região 5 e de toda a Bacia do Paraopeba. As ideias de projetos podem ser modificadas, melhoradas, ampliadas.

Aqui está um registro deste momento, no primeiro semestre de 2026, para que seja um instrumento de memória e de luta. Quem construiu o restante deste Almanaque foram as pessoas atingidas dos municípios de Abaeté, Biquinhas, Felixlândia, Martinho Campos, Morada Nova de Minas, Paineiras, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias por meio de seus representantes das Comissões e das comunidades. As ideias de projetos aqui listadas foram levantadas por elas: tudo aqui é das pessoas atingidas. Seguir adiante significa manter viva essa construção, com unidade e o compromisso de garantir que a reparação dos danos coletivos seja realizada com justiça, dignidade e governança popular.



Foto: João Carvalho

PROJETOS COMUNITÁRIOS NA
REGIÃO 5: CAMINHOS COLETIVOS
PARA SEMEAR O FUTURO

REGIÃO, PROJETOS, COMUNIDADES: importa, antes de avançar, lembrar de quem e de qual chão estamos falando. Logo após o rompimento das barragens da Vale, em Brumadinho, os territórios atingidos foram divididos em regiões. A delimitação da Região 5 buscou compreender o território que se estende desde as comunidades banhadas pelo Rio Paraopeba, na região do baixo Paraopeba, passando pelo entorno da Represa de Três Marias, até a calha do Rio São Francisco, abrangendo oito municípios. A população desses municípios precisou se reinventar quando da chegada das águas, ainda nos anos 1960 e, agora, encontra dificuldades de se reinventar novamente em razão do desastre-crime da Vale.

Se, por um lado, os cursos hídricos se apresentam como um elemento de harmonia de todas as comunidades desta vasta região, por outro, não podemos ignorar a diversidade de um território tão extenso e permeado por tanta pluralidade: áreas urbanas e rurais, comunidades com e sem histórico de organização social anterior ao processo de reparação, comunidades com e sem regularização fundiária, públicos diversos (crianças, jovens, pessoas idosas, mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais, pessoas que trabalham com pesca, com pequenas pisciculturas e produção rural, comerciantes, etc.). Entender essa diversidade é, por um lado, enxergar as múltiplas potencialidades dos territórios e, por outro, comprometer-se eticamente com um trabalho que não desconstrua a luta até aqui vivenciada.

Os desafios são muitos: a extensão territorial, o diálogo das 28 Comissões que representam as comunidades da Região 5 diante de um processo de luta constante e intenso, entre outros. As pessoas se reuniram, refletiram sobre suas realidades

e mapearam seus territórios no intuito de identificar o que as une e o que as torna também específicas. Identificaram e mapearam iniciativas que geram renda nas comunidades, tanto aquelas que já existem, como também os potenciais pouco explorados.

A partir disso, entre as muitas propostas iniciais construídas coletivamente pela Região 5, destacam-se iniciativas voltadas ao desenvolvimento da produção local e da geração de renda, como o fortalecimento de feiras em algumas comunidades, a exemplo do que tem ocorrido na zona rural de Três Marias e de Felixlândia. Essas feiras surgiram da necessidade de valorizar o trabalho de agricultura familiar, pesca, pequenas produções rurais e artesanato, que já é produzido, mas enfrenta dificuldades após o rompimento.

Por outro lado, em tantas outras comunidades em que a produção também é presente, as feiras não seriam o caminho para escoamento da produção, em razão de especificidades territoriais. Nessas

localidades, as discussões evidenciaram a urgência de pensar estratégias para o escoamento, especialmente diante das limitações de transporte e da distância entre comunidades, como é o caso das discussões do Conselho Local CAPPA/CAVAFRO, no lado oeste da Represa de Três Marias. Em todos os casos, ficou evidenciada a necessidade de projetos que envolvam a melhoria da logística, do acesso a meios de transporte, e a criação de circuitos locais de comercialização, fortalecendo a autonomia econômica, o desenvolvimento regional, o turismo e a organização comunitária como parte do processo de reparação integral.

Os mapas, preenchidos de saberes e experiências locais, serviram como base para a produção de formulários e questionários que, compartilhados por representantes das Comissões em suas comunidades, garantem maior participação e legitimidade no processo. Alguns representantes já têm avançado no processo de análise desse levantamento de informações, outros seguem no percurso de consulta comunitária, de modo a

consolidar convergências e especificidades territoriais para definição de uma leitura coletiva das ideias apresentadas. Isso significa que essa construção não tem se dado ao acaso, mas por meio de um caminho trilhado por muitas mãos, no qual as Comissões assumiram o protagonismo da mediação. Foram elas que costuraram o diálogo e transformaram a escuta em um gesto de reconhecimento das forças que cada localidade guarda em si.

Ante os sete anos de luta, a reparação integral precisa chegar rápido, porém sem pressa. Rápido para responder às urgências das pessoas atingidas e garantir direitos que seguem sendo violados. Sem pressa para que cada medida seja construída com responsabilidade e escuta qualificada, assegurando soluções coletivas justas e duradouras para o presente e para o futuro dos territórios.

Nesse sentido, este Almanaque é uma parte dos diversos diálogos e encontros dessa imensa diversidade de pessoas e lugares, que buscam trilhar um objetivo em comum: a reparação dos danos

coletivos sofridos pelo desastre-crime da Vale, por meio de projetos comunitários que estimulem e valorizem as potencialidades dos territórios que formam a Região 5. Ainda assim, este Almanaque é a primeira fotografia da esperança por um processo de transformação social que se faz urgente justamente porque é capaz de trazer um futuro melhor para as pessoas e comunidades atingidas e envolvidas. Como primeira fotografia, as ideias compartilhadas aqui são um ponto de partida, sementes ainda a serem plantadas, cada qual com sua especificidade, para que possam de fato, germinar em projetos efetivos às comunidades.

Todavia, a execução das ideias nele contidas precisa ser cuidadosa e respeitosa com a trajetória de gente que, como dito, não está a se reinventar pela primeira vez. É um convite para os primeiros sonhos e anseios e, com isso, convite para vivenciar as potencialidades deste diverso e extenso território e todas as suas nuances. Que este registro seja um guia para os olhos, sem jamais substituir a necessidade da presença e do

encontro, pois compreendemos que o verdadeiro saber nasce do chão que sustentamos e que nenhuma leitura substitui o vivenciar do território em toda sua pluralidade. Afinal, como nos lembra Frei Betto: **“A cabeça pensa onde os pés pisam”**.





As águas nos unem

O retrato de uma luta da Região 5

Do rio que tudo arrasta diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas as margens que o comprimem.

(Bertolt Brecht)

O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho nos prejudicou de diversas formas. Somos pescadores que não temos mais para quem vender o peixe, somos comerciantes que não recebem mais turistas, somos moradores que viram suas casas e terrenos desvalorizarem, somos ribeirinhos lutando por reconhecimento e pela defesa do rio, somos trabalhadores que perderam o ofício, somos pessoas que não podem mais utilizar a natureza para nossos rituais religiosos e que tiveram mudanças drásticas nos nossos modos de vida. Somos pessoas atingidas pela mineração que vivem às margens da Represa de Três Marias, do Rio Paraopeba e do Rio São Francisco e suas lagoas marginais.

Sete anos depois do desastre-crime, ainda sentimos os danos e nada foi reparado. Por isso, olhamos com muita atenção para o Anexo 1.1, que destina R\$ 3 bilhões para projetos de demandas comunitárias e linhas de crédito e microcrédito para pessoas atingidas. Afinal, a reparação sempre nos pareceu distante e, ainda mais, extremamente demorada devido à lentidão da justiça e do Estado. Era necessário esperar tantos anos e fazer tantas reuniões para que os projetos começassem a sair do papel?

O texto do Acordo de Reparação diz que as decisões sobre o Anexo 1.1 cabem a nós, pessoas atingidas. Queremos fazer isso valer. Se a decisão é nossa, ninguém pode opinar por nós. Nem as prefeituras, nem o governo, nem a Entidade Gestora, nem as Assessorias.

Queremos ser soberanos. Nós queremos administrar esses recursos, porque somos nós que conhecemos as comunidades, conhecemos a realidade das pessoas atingidas. Queremos que as comunidades atingidas que não foram incluídas no PTR/ Novo Auxílio Emergencial possam acessar verdadeiramente os projetos e o crédito, com critérios mais justos, que priorizem as pessoas mais prejudicadas pelo rompimento. Não queremos que o Anexo 1.1 vire mais um elefante branco da reparação.

Mas em meio a tantas incertezas, temos também esperanças. O Anexo 1.1 pode ser um caminho para reestruturar as comunidades, fazer com que a reparação chegue a quem precisa. Pode trazer renda de volta para nossas casas. E os projetos

podem, de fato, abraçar as comunidades, abraçar a roça, já que os centros das cidades já foram beneficiados com outros pedaços da reparação.

Também vemos com esperança as linhas de crédito e microcrédito. Muitos nos perguntam disso nas comunidades, as pessoas estão ansiosas para poder criar algo, se reinventar, se reerguer financeiramente. Trabalhar e pôr a mão na massa. De maneira coletiva com os projetos comunitários e de maneira individual com as linhas de crédito.

Ao longo dessa espera, nos preparamos muito para o Anexo 1.1. Começamos a discutir sobre ele desde que o Acordo Judicial de Reparação foi assinado, em 2021. Nesses anos, fomos compreendendo o que seriam os projetos comunitários e começando a imaginar como eles poderiam acontecer.

Participamos de muitas reuniões e encontros. Teve várias reuniões virtuais, teve Encontros de Comissões da Região 5. Nos últimos tempos, com a escolha da Entidade Gestora e a proximidade do início do Anexo 1.1, nos preparamos ainda mais. Organizamos nossos Conselhos e Setores, escrevemos nossos Regimentos. Em Belo Horizonte, no Encontro de Bacia de 2024, construímos a Proposta Definitiva. Queremos que as decisões da Proposta sejam respeitadas, bem como as leis.

Fomos criando também lideranças capazes de representar suas comunidades e Comissões no processo. Crescemos

muito. Evoluímos muito. O que antes parecia impensável, agora é nossa realidade. Temos 28 Comissões consolidadas, representando mais de 90 comunidades, temos uma Instância Regional funcionando. Também, 8 Conselhos e 4 Setores locais, um Conselho e um Setor regionais organizados na Região 5, com 218 representantes entre titulares e suplentes. Tudo construído a base de muita luta e esforço. Construímos grupos auto-organizados, associações comunitárias, etc.

Foram descobertos artesãos, agricultores familiares, lugares inexplorados, pessoas empoderadas e firmes, espírito coletivo de liderança, coisas gostosas. Sem a organização coletiva, cada um fica no seu canto, reclamando. Juntos, crescemos. Cada um com suas dores, suas lutas, suas histórias e sofrimentos. Mas, também, com sonhos e anseios de construir coletivamente a reparação.

Somos oito municípios unidos pelas águas. Nosso cotidiano, nossa história e nossas formas de viver estão diretamente ligados aos cursos dos rios e ao espelho da represa. É a partir dessa relação que precisamos organizar nossos projetos, como uma pedrinha lançada na água, capaz de criar ondas que se expandem. Pensar os projetos locais em rede é reconhecer o que nos conecta, fortalecer nossos laços e construir caminhos comuns.

Junto às nossas comunidades, começamos a debater os principais danos coletivos sofridos e como eles poderiam ser

reparados. Conversamos sobre as maiores potencialidades de cada região e como elas poderiam ser alavancadas com projetos comunitários. Para isso, organizamos reuniões, formulários, questionários, escutas, buscas ativas, visitas domiciliares.

Estamos sonhando com o Anexo 1.1. Sonhando com projetos que possam trazer de volta o turismo, a renda e a dignidade. Resgatar os nossos rituais religiosos e trazer de volta a nossa ligação com as águas, os peixes e a natureza.

Sofremos muito ao longo dos anos, e agora chegou a hora de colocar a mão na massa. Vamos arregaçar as mangas e construir os projetos comunitários e as linhas de crédito. A maior potencialidade desse processo todo somos nós mesmos, as pessoas atingidas organizadas.

Daqui pra frente, podemos amenizar o sofrimento vivido. Podemos construir comunidades um pouco melhores para se viver. O Anexo 1.1 tem papel fundamental nisso, porque o dinheiro acaba, mas os projetos podem ficar. Podem passar de pai para filho, de avó para neta. Podem modificar nossas comunidades de verdade.

Essas são nossas expectativas e sonhos. Que os projetos e as linhas de crédito comecem rapidamente, que os resultados sejam visíveis e que possamos, de fato, decidir os rumos da reparação. Somos a governança popular!

Assinam:

**ADELSON
HENRIQUE
VARGAS DE
SOUZA SANTOS
(PAI ADELSON)**

Comissão
Guiados pelo Axé

**ANDERSON
VARANDA
DE LIMA**

Comissão
Biquinhas

**CLAITON JOSÉ
PEREIRA**

Comissão
Biquinhas

**CRISTIANE
BEATRIZ
FERNANDES**

Comissão
Atingidos do
Bagre

EBE CARDOSO
Comissão Zona
Rural de Abaeté

**FABIANA
FERREIRA
DE SOUSA**
Comissão Portos
de Três Marias

**FRANCISCO
HELIO DOS
SANTOS**
Comissão CSV

**GLEICILENE DA
CONCEIÇÃO
GONÇALVES
SOUZA**
Comissão Lagoa
e Tronco

**HEBE LÚCIA
ALVES ALAMINO**
Comissão Baixo
Paraopeba

**HILDA MARIA
DA SILVA**
Comissão Village
das Flores

**JOAQUIM ALVES
DA PAIXÃO**
Comissão Village
das Flores

JOEL LISANDRO
Comissão
Faburima

**JOSÉ AMBRÓSIO
LOPES ALBERTO**
Comissão Nações
Unidas

**JOSÉ PEDRO
SARAIVA**
Comissão
Panorama

**LETÍCIA HELENA
DE OLIVEIRA
FERREIRA**
Comissão Povo
Kaxixó

**LORENA
FRANCIELE
DA SILVA FARIA**
Comissão Povo
Kaxixó

**LUCIANA
CLAUDIA
ANDRADE**
Comissão Zona
Rural de Abaeté

**LUIZ ANÍBAL
SANTOS
GUIMARÃES**
Comissão Portos
de Morada Nova
de Minas

**MÁRCIO
ANTÔNIO
ANDRADE**
Comissão Zona
Rural de Abaeté

**MARIA
DO CARMO
FERNANDES**
Comissão Portos
de Morada Nova
de Minas

**MARIA
EDUARDA
FERREIRA**
Comissão MNM
Sede e Entorno

**MAYCON
GABRIEL GOMES**
Comissão Formosa

**NILCEIA
FERREIRA
DE SOUZA**
CAVAFRO

**NORBERTO
ANTONIO
DOS SANTOS**
Comissão Beira Rio

**ROBERTO LUIZ
ANDRADE**
Comissão Praia
Nova e Comissão
Ribeirinhos do
São Francisco

**SEBASTIÃO DA
FONSECA LEAL**
Comissão
Ribeirinhos do
São Francisco

**VÂNIA
APARECIDA
RIBEIRO DIAS**
Comissão SG Salto

**VANESSA
PRISCILA DA
SILVA ANDRADE**
CAPPA

**VERA LUCIA
FREITAS**
Comissão Paraíso
dos Cisnes

**VIRGINIA
MESQUITA
DA SILVA**
Comissão
Guiados pelo Axé

**VIVIANE ALVES
DA SILVA**
CAPPA

**WILSON
GERALDO
DE OLIVEIRA**
Comissão Zona
Rural de Abaeté



Foto: Cia Dias



Foto: Fabiano Lana



Foto: João Carvalho



Foto: Fabiano Lana

Projetos locais
sugeridos

183

Comissões
envolvidas

28

Atividade
econômica que
mais aparece



**Feiras,
cooperativismo e
associativismo**





Projetos locais

(Pequenos projetos)

Conselhos e Setores Locais Região 5

● CONSELHO 1 – FELIXLÂNDIA

Comissão **Atingidos do Bagre**; Comissão **Baixo Paraopeba**; Comissão **Paraíso dos Cisnes**; Comissão **Praia das Garças**; Comissão **SG Salto**

● CONSELHO 2 – FELIXLÂNDIA

Comissão **CSV (Campina Grande, São José do Buriti e Várzea do Buriti)**; Comissão **Faburima**; Comissão **Lagoa e Tronco**; Comissão **Village das Flores**

● CONSELHO BIQUINHAS/ SEDE MORADA NOVA DE MINAS E ENTORNO

Comissão **Biquinhas**; Comissão **Morada Nova de Minas – Sede e Entorno**

● CONSELHO CAPPA/CAVAFRO

Comissão **de Atingidos de Paineiras, Poções e Atoleiro (CAPPA)**; Comissão **CAVAFRO (Cacimbas, Vau das Flores e Frei Orlando/Larjinha)**

● CONSELHO ABAETÉ

Comissão **Sede de Abaeté e Patos do Abaeté**; Comissão **Zona Rural de Abaeté**

● CONSELHO DE SÃO GONÇALO DO ABAETÉ

Comissão **Beira Rio**; Comissão **Ciganos Calon de Beira Rio**; Comissão **Morada dos Peixes**

● CONSELHO DE TRÊS MARIAS

Comissão **Formosa**; Comissão **Nações Unidas**; Comissão **Panorama**; Comissão **Portos de Três Marias**; Comissão **Praia Mar de Minas**; Comissão **Ribeirinhos do São Francisco**; Comissão **Satélite**

● CONSELHO PORTOS DE MORADA NOVA DE MINAS

Comissão **Portos de Morada Nova de Minas**

● SETOR CIGANOS CALON DE BEIRA RIO

Comissão **Ciganos Calon de Beira Rio**

● SETOR GUIADOS PELO AXÉ

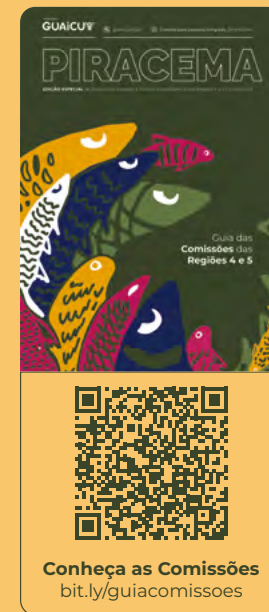
Comissão **Guiados pelo Axé**

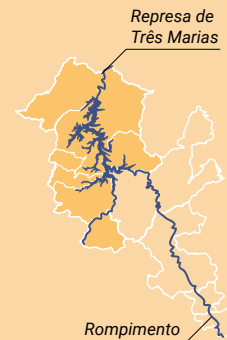
● SETOR POVO KAXIXÓ – CAPÃO DO ZEZINHO

Comissão **Povo Kaxixó**

● SETOR RIBEIRINHOS DO SÃO FRANCISCO

Comissão **Ribeirinhos do São Francisco**







Setor

As Comissões Ciganos Calom de Beira Rio, Povo Kaxixó e Ribeirinhos do São Francisco fazem parte de Conselhos e Setores Locais simultaneamente.

ATIVIDADE ECONÔMICA

Nome da atividade

Atenção
à cor do
balão:

Verde: a atividade econômica aparece em 1 a 4 Comissões

Amarelo: em 5 a 7 Comissões

Azul: em 8 ou mais Comissões

Entenda as páginas de projetos

PROJETOS LOCAIS

Conselho/Setor

Proposta de projeto

● Comissão

Proposta de projeto

● Comissão

Proposta de projeto

Proposta de projeto

● Comissão

Proposta de

● Comissão

Proposta de projeto

● Comissão

Proposta de

● Comissão

Os **eixos** são grandes grupos, organizados por temas, que abrangem alguns bens jurídicos.

Bem jurídico é aquilo que possui valor, material ou imaterial, e precisa ser protegido por lei. Diversos bens jurídicos sofreram danos devido ao rompimento da barragem da Vale em 2019.

O Anexo 1.1 tem como objetivo reparar os bens jurídicos coletivos, que estão listados e explicados a partir da **página 75**.

EIXOS

-
-
-

BENS JURÍDICOS
RELACIONADOS

-
-
-
-



A gente tem um número bem considerável de artesãs, o nosso sustento vem das nossas mãos. Com o afastamento dos turistas, quase que acabou a saída desses produtos que a gente cria. A gente vê nesse projeto uma oportunidade para o escoamento desses produtos. A gente está trabalhando para ter um espaço fixo aconchegante, onde cada artesã vai expor o seu trabalho e receber os visitantes com carinho. A gente também quer, dentro desse ambiente, construir uma escola para que essas artesãs possam passar para a juventude o que elas sabem.

Ivane Barcelos

— Conselho MNM e Biquinhas



Foto: João Carvalho



ATIVIDADE ECONÔMICA

Artesanato e produção artesanal

PROJETOS LOCAIS

Conselho 1 – Felixlândia

Fábrica para produção de vassouras, sapatos e produtos de limpeza

- SG Salto

Conselho 2 – Felixlândia

Galpão comunitário multifuncional para produção, armazenamento e comercialização de artesanatos, alimentos e serviços

- Lagoa e Tronco

Conselho Três Marias

Cursos profissionalizantes para formação em artesanato

- Formosa

Confecção de produtos artesanais e venda na feira comunitária

- Nações Unidas

Conselho **São Gonçalo do Abaeté /** Setor **Ciganos Calon de Beira Rio**

Galpão em terreno da comunidade para venda de artigos e local de reunião com maior estrutura/ associação cigana

- Ciganos Calon de Beira Rio



EIXOS

- 2 – Trabalho e Renda
- 3 – Educação, Cidadania e Cultura
- 4 – Povos e Comunidades Tradicionais

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 5 – Atividade econômica
- 8 – Produção
- 9 – Renda
- 10 – Trabalho
- 17 – Sociabilidade e modos de vida
- 18 – Economia tradicional
- 19 – Tradição cultural

Conselho
CAPPA e CAVAFRO

- Curso de sapataria e silk
- Fábrica de costura, com emprego das costureiras da comunidade
- Fábrica de telha, com matéria-prima da comunidade

● CAVAFRO

Conselho **Biquinhas/ Sede**
Morada Nova de Minas e Entorno

Fomento ao artesanato realizado no município

● Morada Nova de Minas —
Sede e Entorno



Foto: Daniela Paoliello



A gente levantou várias ideias na comunidade. Uma que a gente pensou foi a questão de investimento, do galpão... não temos um galpão adequado para criar galinhas. E tem também a questão da chocadeira para desenvolver os pintinhos no lugar certo, para desenvolver um manejo... E aí a gente acaba pensando nesse projeto, sabe, que poderia estar melhorando dentro da comunidade.

Glayson Humberto Ferreira

— Setor Kaxixó

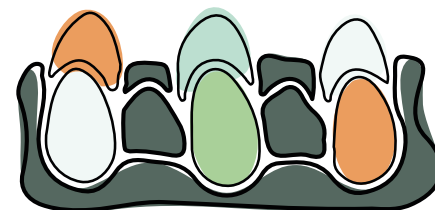


Foto: Daniela Paoliello



ATIVIDADE ECONÔMICA

Avicultura e produtos granjeiros



PROJETOS LOCAIS

Conselho
Três Marias

- Criação de aves
- Granjas
- Formosa

Setor **Povo Kaxixó — Capão do Zezinho**

Instalação de mini granjas nas propriedades com cursos de capacitação

- Povo Kaxixó

Conselho
CAPPA e CAVAFRO

- Mini granjas de aves
- CAVAFRO

Conselho **Biquinhas/ Sede Morada Nova de Minas e Entorno**

- Construção de granja
- Morada Nova de Minas – Sede e Entorno
- Instalação de mini granjas nas propriedades
- Biquinhas

 EIXOS

- 1** – Soberania – Água, Alimentação e Energia
- 2** – Trabalho e Renda

 BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1** – Água
- 2** – Alimentação
- 5** – Atividade econômica
- 8** – Produção
- 9** – Renda
- 10** – Trabalho



Os nossos projetos são de melhoria, porque a gente já tinha projetos que foram interrompidos em 2019 pelo crime. Na bovinocultura, recurso hídrico é o que você mais precisa, de água para fazer o cultivo da alimentação desses animais. Com o rompimento ficou mais caro porque nós precisamos de mais infraestrutura para a produção do laticínio ou da carne, de mais tecnologia, de mais exame, de mais remédio para esses animais. Nós precisamos de uma água mais tratada, de boa qualidade, de pessoas capacitadas para saber se pode usar a água ou não...

José Maria da Silva (Fofão)

— Setor Ribeirinhos

ASSISTA À
ENTREVISTA

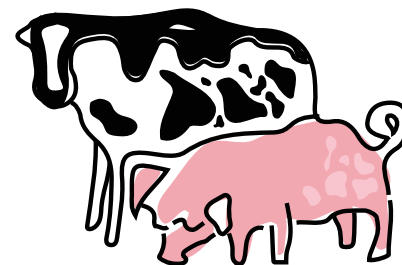


▶ bit.ly/vd-almanaque-r5



Foto: João Carvalho

Animais de médio e grande porte



PROJETOS LOCAIS

Conselho Três Marias

Currais

- Formosa

Conselho CAPPA e CAVAFRO

- Melhoramento genético do gado por meio de compra de sêmen ou aquisição de embriões
- Tanque comunitário para armazenamento de leite
- Estrutura para criação de porcos

- CAPPA

Aquisição de animais para produção (caprinocultura/ovinocultura)

- CAVAFRO

Conselho **Biquinhas/ Sede** Morada Nova de Minas e Entorno

- Melhoramento genético do gado por meio de compra de sêmen ou aquisição de embriões
- Cursos profissionalizantes (inseminação artificial de animais, auxiliar de agropecuária, administração)

- Biquinhas

EIXOS

- 1** – Soberania – Água, Alimentação e Energia
- 2** – Trabalho e Renda

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1** – Água
- 2** – Alimentação
- 5** – Atividade econômica
- 8** – Produção
- 9** – Renda
- 10** – Trabalho



Normalmente a gente limpa o peixe na represa, joga o fato dele fora, às vezes faz um filé, joga o couro fora, e são partes que você consegue aproveitar e gerar renda com isso. E hoje a gente não tem conhecimento de como se trabalha essas partes. Então eu vejo que essa questão de um treinamento de beneficiamento do peixe e de ter um frigorífico e um caminhão de transporte aqui seria muito interessante. Tem um gasto adicional que é o combustível, o tempo de sair para vender esse peixe. E se a gente tivesse isso aqui, a gente ganharia mais tempo de vida.

Adriel Soares Rodrigues

— Conselho Portos de MNM

ASSISTA À
ENTREVISTA



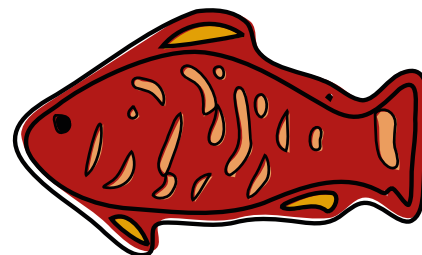
▶ bit.ly/vd-almanaque-r5



Foto: Daniela Paoliello

ATIVIDADE ECONÔMICA

Cadeia da pesca (pesca, filetagem, beneficiamento e comercialização)



PROJETOS LOCAIS

Conselho 2 — Felixlândia

Distribuição de alevinos de tilápia diretamente à comunidade pesqueira

- Village das Flores

Implantação de frigorífico para beneficiamento, armazenamento e conservação do pescado

- Lagoa e Tronco

Conselho CAPPA e CAFAVRO

Implantação de frigorífico para beneficiamento, armazenamento e conservação do pescado

- CAVAFRO

Conselho **Três Marias** Setor **Ribeirinhos do São Francisco**

Compra de equipamento para armazenamento de peixes e artefatos de pesca

- Ribeirinhos do São Francisco

EIXOS

- 2 — Trabalho e Renda
- 3 — Educação, Cidadania e Cultura
- 4 — Povos e Comunidades Tradicionais

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 5 — Atividade econômica
- 8 — Produção
- 9 — Renda
- 10 — Trabalho
- 17 — Sociabilidade e modos de vida
- 18 — Economia tradicional
- 19 — Tradição cultural

Conselho
Três Marias

- Construção de câmara fria
- Distribuição de alevinos de peixes nativos na Represa de Três Marias

- **Portos de Três Marias**

- Construção de sala de filetagem
- Projetos com mulheres relacionados ao turismo ou à cadeia da pesca
- Fortalecimento da cadeia da pesca
- Soltura de alevinos em Ribeirão do Boi

- **Nações Unidas**

Conselho
Portos de Morada Nova de Minas

- Construção de câmara fria
- Beneficiamento do couro da tilápia
- Capacitação técnica para comunidade pesqueira
- Cooperativa da cadeia da pesca
- Fortalecimento da cadeia da pesca
- Caminhão frigorífico

- **Portos de Morada Nova de Minas**

Conselho **Biquinhas/ Sede Morada Nova de Minas e Entorno**

- Cooperativa da cadeia da pesca
- Fortalecimento da cadeia da pesca

- **Morada Nova de Minas – Sede e Entorno**

- Aquisição de materiais de pesca
- Cursos profissionalizantes (piscicultura, beneficiamento de pescado/ preparação de pescado)

- **Biquinhas**



Foto: Gia Dias



Nós pensamos num projeto de turismo. Se conseguirmos fazer um turismo bacana aqui, todo dia vai ter gente. Revitalizar a orla é muito importante? É. Mas tem que começar com a conscientização de se levar o lixo embora. Fazer banheiros químicos para que o turista não suje a beira da represa é outra coisa importante. Pra manter os banheiros, tem que ter pessoas. E se envolve mão de obra, é trabalho, tem renda. Uma coisa vai puxando a outra. O torneio de pesca também é importante porque quando se faz um evento, vem muita gente. O pescador tem pra quem vender.

Luiz Carlos de Araújo

— Conselho Abaeté

ASSISTA À
ENTREVISTA



▶ bit.ly/vd-almanaque-r5



Foto: Gia Dias

Cadeia do turismo (hospedagem, passeios, comércio, etc)

PROJETOS LOCAIS

Conselho

1 — Felixlândia

Turismo comunitário, com trilhas e vivências (turismo e pesca) e acolhimento familiar (hospedagem rural)

- Praia das Garças

Revitalização da orla da represa e realização de cursos nas comunidades

- Baixo Paraopeba

Conselho

2 — Felixlândia

Rota turística regional que envolve as comunidades banhadas pela Represa de Três Marias

- Faburima

• Implantação do Turismo de base comunitária

• Criação de um centro de apoio ao turista e uma Prainha no Paredão

- CSV

Conselho

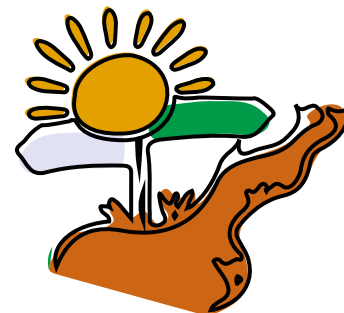
São Gonçalo do Abaeté

- Construção de uma rampa para acesso ao rio
- Curso profissionalizante de oficina náutica

- Beira Rio

- Construção de galpão comunitário
- Construção de rampa de acesso para barcos
- Campanha midiática de incentivo ao turismo
- Revitalização da orla da comunidade

- Morada dos Peixes



EIXOS

1 — Soberania – Água, Alimentação e Energia

2 — Trabalho e Renda

3 — Educação, Cidadania e Cultura

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

1 — Água

5 — Atividade econômica

9 — Renda

10 — Trabalho

11 — Turismo

13 — Lazer

Conselho
Três Marias

Campanha midiática de incentivo ao turismo

- Ribeirinhos do São Francisco

- Fortalecimento do turismo local

- Ponto de apoio comunitário

- Portos de Três Marias

Poço artesiano (irrigação para hortas e quintais produtivos comunitários)

- Nações Unidas

Conselho
Portos Morada Nova de Minas

- Rota do turismo

- Estrutura para turismo (Ilha)

- Poço artesiano (Traçadal)

- Portos de Morada Nova de Minas

- Instalação de placas fotovoltaicas

- Lixeiras para coleta seletiva

- Sinalização para acesso à praia

- Melhoria de infraestrutura dos quiosques

- Sistema de som coletivo
- Divulgação da Praia Mar de Minas nas redes sociais (tipos de serviços, alimentos e outros produtos comercializados, horários de funcionamento, etc.)

- Praia Mar de Minas

Conselho
Abaeté

Incentivo ao turismo local

- Sede de Abaeté e Patos do Abaeté

- Atração do turismo (torneio de pesca)

- Pesque-pague

- Galpão para eventos

- Revitalização da orla e uso responsável da água

- Formação em recepção turística

- Atividades de atração do turismo

- Área de camping

- Campeonato de pesca esportiva

- Zona Rural de Abaeté

Conselho **Biquinhas/ Sede Morada Nova de Minas e Entorno**

Fortalecimento da cadeia do turismo (desenvolvimento de espaços para prática de rapel, trilha de moto, turismo em cachoeiras)

- Biquinhas

- Cursos profissionalizantes na área do turismo

- Cursos de música e de inglês para trabalhar na área turística

- Morada Nova de Minas — Sede e Entorno

Setor **Povo Kaxixó — Capão do Zezinho**

Manutenção de áreas de convivência e lazer: reformas das barracas, dos banheiros e do restante da estrutura já existente

- Povo Kaxixó



AQUI TEM
1 POR R\$
3 POR R\$
R\$

Foto: João Carvalho



Do pequi, a gente faz muita coisa. Tem até o Festival do Pequi, então o mais vendido é o pequi mesmo, que a gente prepara e congela, vende a polpa do pequi, faz o pequi em conserva, o licor de pequi e as outras coisas como o doce, o chup-chup, são mais consumidas no dia do Festival. Então tem muito esse trabalho com o pequi.

Letícia Helena de Oliveira Ferreira

— Setor Kaxixó

ASSISTA À
ENTREVISTA



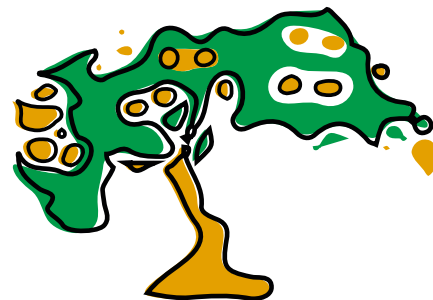
► bit.ly/vd-almanaque-r5



Foto: Daniela Paoliello

ATIVIDADE ECONÔMICA

Extrativismo



PROJETOS LOCAIS

Setor **Povo Kaxixó — Capão do Zezinho**

Extrativismo e
beneficiamento do pequi

- Povo Kaxixó

EIXOS

- 1** – Soberania – Água, Alimentação e Energia
- 2** – Trabalho e Renda
- 3** – Educação, Cidadania e Cultura

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 2** – Alimentação
- 5** – Atividade econômica
- 9** – Renda
- 10** – Trabalho
- 17** – Sociabilidade e modos de vida



Nós queríamos comprar um terreno pra construir um galpão, construir nossa área de trabalho. Porque nós vendemos pano de prato, tapete, mexemos com muita coisa. Se a gente faz esse galpão, a maioria do bairro, da região, vem comprar os nossos produtos. Não é só pra nós não, é pra comunidade toda.

Marlene da Rocha

— Setor PCT Ciganos Calon

Tem uma das nossas conselheiras que fala: “saber plantar, colher e vender, todo mundo sabe”. Nós precisamos escoar essa produção, entendeu? Precisamos de uma cooperativa, de um ponto de venda. A gente tem o projeto, mas esbarra na questão do espaço. E a cooperativa precisa desse espaço.

Hebe Lúcia Alves Alaminho

— Conselho Felixlândia 1



Foto: João Carvalho



Feiras, cooperativismo e associativismo

PROJETOS LOCAIS

Conselho

1 — Felixlândia

- Galpão comunitário em Ribeiro Manso e Ribeirão das Almas

- Feira comunitária que abarque as 12 comunidades

- Baixo Paraopeba

Estruturação da associação comunitária (apoio na organização e regulamentação para que possam receber recursos e projetos)

- SG Salto

Galpão comunitário

- Atingidos do Bagre

Espaço multiuso comunitário

- Paraíso dos Cisnes

Cooperativa regional mista

- Praia das Garças

Conselho

2 — Felixlândia

Centro comunitário

- Faburima

Cooperativismo, feira comunitária e centro comunitário

- CSV

- Cooperativa

- Espaço comunitário vinculado com horta e feira

- Lagoa e Tronco



⚖️ EIXOS

1 — Soberania – Água, Alimentação e Energia

2 — Trabalho e Renda,

3 — Educação, Cidadania e Cultura

⚖️ BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

2 — Alimentação

5 — Atividade econômica

9 — Renda

10 — Trabalho

11 — Turismo

13 — Lazer

17 — Sociabilidade e modos de vida

Conselho
Três Marias

Centro de referência de ribeirinhos

- Ribeirinhos do São Francisco

- Cooperativa de pescado
- Caminhão frigorífico para aumento da venda e distribuição do pescado

- Portos de Três Marias

- Estruturar a feira para escoamento de produtos
- Cursos para capacitar membros da comunidade na produção, manipulação e escoamento da produção de alimentos e artesanatos
- Associação comunitária (fortalecimento para produção e venda)
- Cooperativa (produção e venda)

- Formosa

Feira comunitária para a venda de produtos

- Nações Unidas

Centro comunitário/galpão multiuso

- Panorama

- Cooperativa para produção de artesanato e demais produtos
- Centro comunitário de apoio para a realização de cursos profissionalizantes e venda de produtos

- Satélite

Conselho
Abaeté

• Centro comunitário (armazenamento e comercialização de produtos)

• Mercado — Mini Ceasa Caipira

• Centro comunitário multiuso

• Selo regional

- Zona Rural de Abaeté

Conselho
CAPPA/CAVAFRO

• Feira comunitária

• Associação ou cooperativa de produtores

• Associação de mulheres produtoras

- CAPPA

Conselho
Portos Morada Nova de Minas

• Cooperativa de pescados, hortaliças e frutas

• Feira comunitária

- Portos de Morada Nova de Minas

Conselho **Biquinhas/ Sede Morada Nova de Minas e Entorno**

Fortalecimento da feira comunitária

- Biquinhas

• Cooperativa de produtores

• Feira comunitária

• Cooperativa

• Fortalecimento da associação

- CAVAFRO



Foto: João Carvalho



Um local onde pessoas da nossa religião pudessem ir para fazer seus ritos e agrados a nossos ancestrais. E além dos rituais, que a gente pudesse plantar ervas para fazer medicamentos, garrafadas, chás, que tivesse uma horta comunitária, um local que qualquer pessoa poderia usufruir. No “Recanto da Ancestralidade”, teríamos imagens católicas, dos Orixás e um espaço contando tudo sobre nossa cultura, para as pessoas poderem ir, visitar e conhecer, para que ajudasse também a diminuir a discriminação contra a nossa religião.

Adelson Henrique Vargas de Souza Santos (Pai Adelson) — Setor Guiados pelo Axé



Foto: Paulo Marques



Festas tradicionais

PROJETOS LOCAIS

Conselho 2 — Felixlândia

Manifestação religiosa da Barqueata de Nossa Senhora Aparecida

- CSV

Conselho Três Marias

Produzir festas diversificadas na comunidade para atrair turistas

- Formosa

Conselho Abaeté

Festival gastronômico

- Zona Rural de Abaeté

Conselho **Biquinhas/ Sede** **Morada Nova de Minas e Entorno**

Fomento da cultura e das festas tradicionais das comunidades e do município de Morada Nova de Minas

- Morada Nova de Minas — Sede e Entorno

Conselho **CAPPA/CAVAFRO**

Salão de eventos

- CAVAFRO

Conselho **Portos Morada Nova de Minas**

Galpão de eventos

- Portos de Morada Nova de Minas

Setor **Guiados pelo Axé**

Construção de um memorial/templo dos PCTramas de Morada Nova de Minas

- Guiados pelo Axé

Setor **Povo Kaxixó — Capão do Zezinho**

Áreas de convivência e lazer: reformas das barracas, dos banheiros e do restante da estrutura já existente

- Povo Kaxixó



EIXOS

- 1 — Soberania — Água, Alimentação e Energia
- 2 — Trabalho e Renda
- 3 — Educação, Cidadania e Cultura

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1 — Água
- 2 — Alimentação
- 5 — Atividade econômica
- 9 — Renda
- 10 — Trabalho
- 11 — Turismo
- 13 — Lazer
- 17 — Sociabilidade e modos de vida



A horta comunitária pode ser um ganho muito grande porque nós temos demanda das pousadas, dos hotéis, dos comércios, e em vez de trazer do Ceasa, teria isso aqui. De forma natural, tudo bem produzido e de qualidade. Você vê que tem uma segurança alimentar. Seria um ganho financeiro e também a certeza de que essas pessoas não ficarão ociosas, o que cria uma tensão muito grande, estresse, a saúde fica vulnerável. E agregar mais pessoas ao trabalho comunitário. Isso se perdeu por muito tempo. Eu acho que agora é o momento de se voltar para isso.

Tarcílio de Almeida Paiva Filho

— Conselho SGA

ASSISTA À
ENTREVISTA

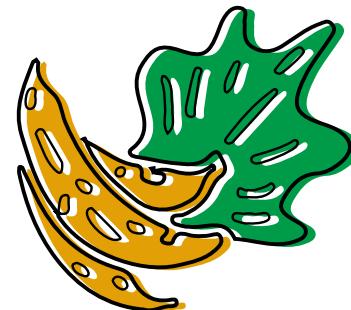


► bit.ly/vd-almanaque-r5



Foto: Gíia Dias

Hortas e quintais produtivos



PROJETOS LOCAIS

Conselho 2 — Felixlândia

Incentivo à agricultura

- CSV

Conselho Abaeté

Banco de sementes

- Sede de Abaeté e Patos do Abaeté
- Horta comunitária
- Viveiro de mudas
- Venda de mandioca/suculentas
- Zona Rural de Abaeté

Conselho Três Marias

Poço artesiano para quintais produtivos

- Portos de Três Marias

Horta comunitária

- Formosa
- Horta comunitária/quintais produtivos
- Poço artesiano comunitário
- Nações Unidas

Conselho São Gonçalo do Abaeté

Horta e cozinha comunitárias

- Beira Rio

- Horta comunitária
- Cursos profissionalizantes voltados para horticultura e artesanato

- Panorama

- Horta comunitária
- Poço comunitário para fornecer água para horta comunitária

- Satélite

EIXOS

- 1 — Soberania — Água, Alimentação e Energia
- 2 — Trabalho e Renda

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1 — Água
- 2 — Alimentação
- 5 — Atividade econômica
- 8 — Produção
- 9 — Renda
- 10 — Trabalho

Conselho
CAPPA/CAVAFRO

- Fortalecimento da agricultura familiar
- Irrigação de produção

- CAPPA

- Criação de uma horta comunitária
- Suporte logístico para escoar a produção de hortaliças via programas como PAA e PNAE
- Cursos profissionalizantes para operação de máquinas agrícolas

- CAVAFRO

Conselho
Portos de Morada Nova de Minas

- Horta comunitária
- Escoamento e venda de produções diversificadas das comunidades
- Cooperativa rural, ponto de venda

- Portos de Morada Nova de Minas

Conselho **Biquinhas/ Sede**
Morada Nova de Minas e Entorno

- Construção de hortas comunitárias
- Produção de hortaliças
- Irrigação da produção
- Hidroponia
- Aquisição de maquinário agrícola
- Distribuição de insumos agrícolas
- Cursos profissionalizantes de operação de máquinas agrícolas

- Morada Nova de Minas – Sede e Entorno

Setor
Guiados pelo Axé

Horta coletiva para produção de ervas e hortaliças ligadas ao sagrado

- Guiados pelo Axé

Setor **Povo Kaxixó — Capão do Zezinho**

Beneficiamento de frutas e polpas e quintais produtivos

- Povo Kaxixó



Foto: João Carvalho



Uma das propostas de projeto é entre os produtores de mel. Porque boa parte das pessoas atingidas são ribeirinhas, moram em áreas rurais. E nas áreas rurais, a gente sabe que a facilidade de produção de mel é maior, por causa do ambiente que é mais propício para a abelha e tudo mais. Um dos mini projetos locais que a gente pretende fazer é da estrutura para esse pessoal, tanto de abelha com ferrão ou sem ferrão. Se a gente consegue dar estrutura para esse pessoal, a produção tende a ser maior e a chegada de compradores tende a ser maior.

Ymara Maria Gil de Moura Cardoso

— Conselho Três Marias

ASSISTA À
ENTREVISTA



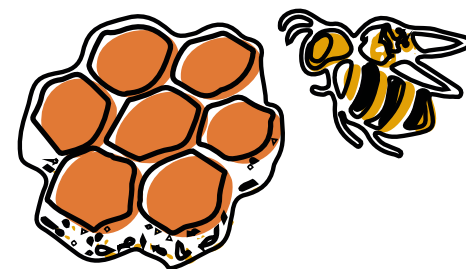
▶ bit.ly/vd-almanaque-r5



Foto: João Carvalho

ATIVIDADE ECONÔMICA

Meliponicultura e apicultura



PROJETOS LOCAIS

Conselho
Abaeté

Criação de abelhas e
produção de mel

- Zona Rural de Abaeté

Conselho
CAPPA e CAVAFRO

Criação de abelhas e
produção de mel

- CAVAFRO

Setor **Povo Kaxixó — Capão
do Zezinho**

Criação de abelhas e
produção de mel

- Povo Kaxixó

 EIXOS

- 1 — Soberania — Água, Alimentação e Energia
- 2 — Trabalho e Renda

 BENS JURÍDICOS
RELACIONADOS

- 1 — Água
- 2 — Alimentação
- 5 — Atividade econômica
- 8 — Produção
- 9 — Renda
- 10 — Trabalho



A gente tá trabalhando com a piscicultura, que é uma área onde atingiu bastante. O projeto, principalmente, era que nós pudéssemos melhorar o nosso produto, conseguir ter um selo para fazer filé... E tem um projeto para que nós distribuíssemos tanques, alevino, juvenil, talvez ração. Isso é o que a gente pleiteou no primeiro momento. Mas a gente vai fazer um tanque comunitário ou individual? Isso são coisas que a gente precisa definir com a Entidade Gestora. Mas a gente está trabalhando para chegar num consenso para atender a comunidade em geral.

Joaquim Alves da Paixão

— Conselho Felixlândia 2

ASSISTA À
ENTREVISTA



▶ bit.ly/vd-almanaque-r5

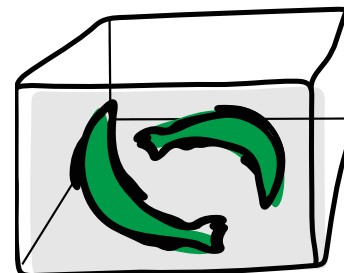


Foto: Daniela Paoliello



ATIVIDADE ECONÔMICA

Piscicultura



PROJETOS LOCAIS

Conselho **2 — Felixlândia**

Distribuição de gaiolas, ração e alevinos para que profissionais possam potencializar suas atividades

- Village das Flores

Conselho **Três Marias**

Incentivo à piscicultura

- Formosa

Conselho **Abaeté**

Criatório de peixes

- Zona Rural de Abaeté

Conselho **CAPPA e CAVAFRO**

Piscicultura comunitária

- CAPPA
- CAVAFRO

EIXOS

- 1 — Soberania – Água, Alimentação e Energia
- 2 — Trabalho e Renda
- 3 — Educação, Cidadania e Cultura

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1 — Água
- 2 — Alimentação
- 5 — Atividade econômica
- 8 — Produção
- 9 — Renda
- 10 — Trabalho
- 17 — Sociabilidade e modos de vida



Essas ideias, de ter uma fábrica de polvilho, de farinha, surgiram nem só aqui no Vau, como em Poções também. Aqui já teve uma fábrica de farinha, tá parada... Aí eles falam: vamos reabrir. Mas é uma ideia, né? Tem gente que faz queijo... E aí teve essa ideia: faz queijo e coloca para vender. Outros deram a ideia: vamos vender frango. Eu acho que se tiver um lugar para ser vendido, para o escoamento sair, eles vão ter mais confiança em começar, né? Porque vai ter onde vender.

Nilceia Ferreira de Souza

— Conselho CAPPA/CAVAFRO

ASSISTA À
ENTREVISTA



► bit.ly/vd-almanaque-r5



Foto: Gia Dias



ATIVIDADE ECONÔMICA

Produção de alimentos e bebidas (quitandas, doces, geleias, licores, etc)



PROJETOS LOCAIS

Conselho 2 — Felixlândia

Incentivo a produção de laticínios

- CSV

Conselho São Gonçalo do Abaeté

Cozinha industrial comunitária

- Beira Rio

Galpão em terreno da comunidade para venda de artigos e local de reunião com maior estrutura/associação cigana

- Ciganos Calon de Beira Rio

Conselho 3 — Três Marias

Cursos profissionalizantes de aperfeiçoamento gastronômico e com suporte logístico de escoamento

- Formosa

Conselho Abaeté

Beneficiamento de frutos do Cerrado

- Zona Rural de Abaeté

Conselho CAPPA/CAVAFRO

- Beneficiamento da mandioca
- Beneficiamento do pescado
- Beneficiamento do milho

- CAPPA
- CAVAFRO

EIXOS

- 1 — Soberania – Água, Alimentação e Energia
- 2 — Trabalho e Renda

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1 — Água
- 2 — Alimentação
- 5 — Atividade econômica
- 8 — Produção
- 9 — Renda
- 10 — Trabalho
- 11 — Turismo

Conselho
CAPPA/CAVAFRO

- Cursos profissionalizantes de cortes de carne
- Unidade de beneficiamento de leite (fábrica de queijos)
- Fábrica de quitandas e salgados
- Alambique
- Fábrica de farinha
- Beneficiamento de frutas

● CAVAFRO

- Fábrica de polvilho
- Fábrica de açúcar mascavo e rapadura
- Produção de polvilho individual para as famílias
- Beneficiamento de frutas
- Produção de laticínios
- Produção de doces

● CAVAFRO

Conselho **Biquinhas/ Sede**
Morada Nova de Minas e Entorno

Cursos profissionalizantes
(auxiliar de cozinha)

● Biquinhas



Foto: Daniela Paoliello





Projetos de escala regional

(Médios projetos)



Projetos aplicáveis na escala regional

ESTE ALMANAQUE apresenta o levantamento de projetos feito junto às comunidades da Região 5, com o envolvimento das Comissões de Pessoas Atingidas. O objetivo foi mapear os desejos, as vontades e as potencialidades de cada comunidade, entendendo o que gostariam que fosse reparado e de que forma.

Para isso, foram levantadas as ideias de projetos locais, que foram organizadas em 11 eixos produtivos. Entre esses eixos, alguns se destacaram por terem sido citados por muitos dos Conselhos e Setores formados na Região 5.

Em primeiro lugar está o eixo de **hortas e quintais produtivos**, para o qual tiveram ideias de projetos de **sete Conselhos e dois Setores**. No caso de **feiras, cooperativismo e associativismo**, também foram levantados projetos para **sete Conselhos**. Cabe destacar também o eixo de **festas tradicionais** com **seis Conselhos e dois Setores**. **Artesanato e produção artesanal** foi citado por **seis Conselhos e um Setor**.

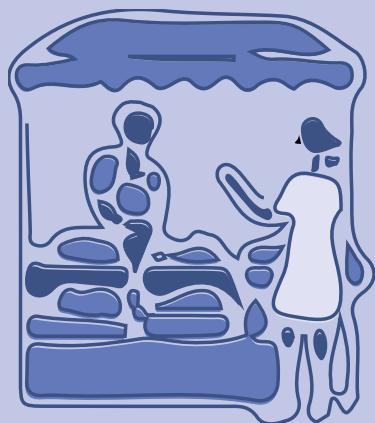
Além desses eixos com grande abrangência no território, alguns deles se destacaram pela quantidade de ideias, em números absolutos:

- Cadeia da pesca;
- Cadeia do turismo;
- Feiras, cooperativismo e associativismo;
- Hortas e quintais produtivos.

Tendo em vista os tipos de projetos levantados pelos Conselhos e Setores, foi possível observar possibilidades de interação entre eles: existem ideias semelhantes, que podem ser interligadas; além disso, algumas delas podem complementar outras, criando uma rede produtiva mais complexa.

Diante dessas possibilidades, a Assessoria buscou refletir quais dessas ideias poderiam ser implementadas em nível regional. Assim, foi organizada uma proposta inicial com possibilidades de projetos regionais que poderão ser consideradas pelas pessoas atingidas em sua Governança.

Não se trata de uma lista final nem dos únicos projetos com vocação regional. Essa é uma contribuição da ATI que busca apoiar as pessoas atingidas na definição de seus projetos e prioridades.



Projetos voltados para feiras, cooperativismo e associativismo

Cooperativa regional mista

Realização de cursos profissionalizantes e de oficinas

Cooperativa completa da cadeia da pesca

Hortas coletivas, produção e cultivo

Cooperativa para produção de artesanato e demais produtos

Cooperativa dos Ribeirinhos

Criação de um selo para os produtos produzidos na região atingida

Na Região 5, foram levantadas iniciativas relacionadas às feiras, ao cooperativismo e ao associativismo, a partir de propostas trazidas pelas comunidades em um primeiro levantamento local. A recorrência desses projetos em diferentes territórios indica possibilidades de construção de iniciativas em escala regional, especialmente voltadas ao fortalecimento de atividades produtivas já existentes.

As propostas aparecem, em geral, como cooperativas regionais mistas, envolvendo feiras, hortas coletivas, atividades tradicionais da população ribeirinha, produção de artesanato e cadeia da pesca. Destaca-se, por um lado, a necessidade de fortalecimento das iniciativas de formação, como cursos e oficinas profissionalizantes e, por outro, a demanda pela certificação dos produtos e pela construção de caminhos para

o escoamento da produção, incluindo o acesso a políticas públicas de compra de alimentos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e a outros circuitos de comercialização. Nesse contexto, a organização por meio de cooperativas e associações aparece como uma possibilidade para articular produção, beneficiamento e acesso a mercados.



Projetos voltados para a cadeia do turismo

Turismo comunitário

Projeto com foco nas demandas femininas relacionadas ao turismo ou à cadeia da pesca

Rota turística regional que envolve as comunidades banhadas pela Represa de Três Marias

Criação de rota do turismo para valorização do território, inclusive com a pesca esportiva e esportes

Estratégias de comunicação com intuito de romper com o estigma relacionado ao peixe e ao turismo

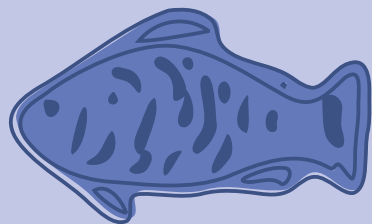
Turismo – desenvolvimento de espaços para prática de rapel, trilha de moto, turismo em cachoeiras

Foram levantadas em diversas comunidades iniciativas relacionadas ao turismo como estratégia de fortalecimento do desenvolvimento territorial, a partir da valorização cultural, ambiental e produtiva das comunidades do entorno da Represa de Três Marias. As propostas indicam o turismo comunitário como eixo central, com participação direta das famílias locais, e apontam a possibilidade de construção de uma rota

turística regional, considerando que a represa conecta comunidades e municípios e concentra elementos comuns de identidade, paisagem e modos de vida.

As iniciativas sugerem ações voltadas à reorganização do turismo na região, afetado após o rompimento, incluindo estratégias de comunicação para enfrentar o estigma associado ao turismo e ao consumo do peixe, projetos

de formação e profissionalização, com atenção às demandas das mulheres no turismo e na cadeia da pesca, e a articulação de circuitos regionais de visitação. Nesse sentido, a escala regional aparece como possibilidade para integrar experiências locais, ampliar a visibilidade do território e fortalecer o turismo como eixo de articulação entre as comunidades do entorno da represa.



Projetos voltados para a cadeia da pesca

Distribuição de alevinos de peixes da espécie de tilápia diretamente a pescadores e pescadoras

Distribuição alevinos de peixes nativos na Represa de Três Marias

Campeonato de pesca esportiva

Caminhão frigorífico

A cadeia da pesca aparece como uma das demandas mais recorrentes na Região 5, com o objetivo de fortalecer a atividade pesqueira regional e ampliar as oportunidades econômicas no entorno da Represa de Três Marias. Entre as ações sugeridas estão a distribuição de alevinos de tilápia diretamente à comunidade pesqueira, contribuindo para o aumento da produção artesanal e o consumo local, e a distribuição

de alevinos de espécies nativas na represa, associada à recomposição dos estoques e ao incentivo a práticas de manejo sustentável.

As iniciativas também indicam a articulação da cadeia da pesca com o eixo do turismo, especialmente por meio do incentivo ao turismo de pesca esportiva. Nesse sentido, sugere-se a realização de um campeonato regional

como estratégia para movimentar a economia local, valorizar a pesca na região e ampliar a visibilidade do território, integrando produção, conservação ambiental e atividades turísticas em escala regional.



Projetos voltados para festas tradicionais

Festival gastronômico

Essas iniciativas têm como objetivo preservar e fortalecer as manifestações culturais, sociais e religiosas das comunidades, valorizando as identidades locais e promovendo espaços de convivência coletiva. Contribuem para a transmissão de saberes, o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a dinamização da economia comunitária.

As propostas também indicam o potencial das festas tradicionais para articular diferentes eixos já trabalhados, especialmente o turismo comunitário e a produção local. A circulação de visitantes, a valorização do artesanato e da gastronomia regional fortalecem a economia das comunidades e ampliam a visibilidade do território, apontando para a possibilidade de integração das festas em circuitos regionais culturais e turísticos.



Produção de alimentos e bebidas

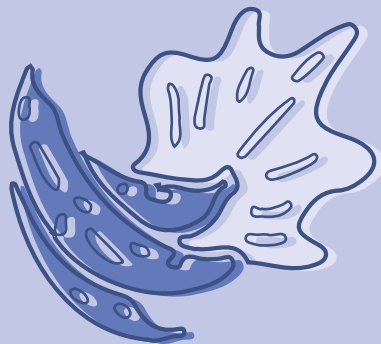
Produção de comidas e bebidas tradicionais

Os projetos regionais voltados à produção de alimentos e bebidas têm como objetivo valorizar a diversidade produtiva do território, fortalecer práticas sustentáveis e gerar oportunidades econômicas para as comunidades. As iniciativas envolvem tanto o uso de frutos do Cerrado quanto outros alimentos tradicionais da região, reconhecendo os saberes locais na

elaboração de produtos artesanais e beneficiados, como quitandas, polpas, doces, farinhas, geleias, licores e bebidas fermentadas.

As propostas também indicam o potencial desse eixo para dialogar com o turismo comunitário e a produção local, por meio da valorização da gastronomia regional e da circulação desses

produtos em feiras, festas e outros circuitos de comercialização. A articulação em escala regional aparece como possibilidade para ampliar a visibilidade dos produtos, fortalecer a identidade territorial e integrar produção, cultura e geração de renda.



Projetos de hortas e quintais produtivos

Incentivo à agricultura familiar

Cursos profissionalizantes voltados para horticultura e artesanato

Aquisição de maquinário agrícola

Poço artesiano comunitário para hortas comunitárias e quintais produtivos

Banco de sementes e viveiro de mudas

Distribuição de insumos agrícolas

Horta comunitária/ quintais produtivos

Irrigação da produção (hidroponia)

Esses projetos foram amplamente citados pelas comunidades e partem do reconhecimento de que a Região 5 já possui uma forte característica agrícola e uma produção alimentar consolidada. As iniciativas têm como objetivo fortalecer a agricultura familiar, promover a segurança alimentar e gerar renda, a partir da melhoria das condições de trabalho e do apoio à produção sustentável de alimentos.

As propostas indicam a necessidade de aprimorar as condições para a produção contínua, incluindo o acesso à água de qualidade, a implantação e o fortalecimento de hortas comunitárias e quintais produtivos, a aquisição de maquinário e a distribuição de insumos. Destacam-se também a criação de bancos de sementes e viveiros de mudas, a oferta de cursos profissionalizantes e a importância de fortalecer

os caminhos de distribuição e escoamento da produção, ampliando o acesso a mercados e consolidando a economia comunitária.



Foto: João Carvalho

Projetos de infraestrutura na escala regional

OS PROJETOS de infraestrutura surgem a partir de demandas recorrentes levantadas pelas comunidades ao longo do processo, relacionadas à falta ou à precariedade de serviços essenciais. Embora não componham um eixo específico do plano de trabalho, essas iniciativas são compreendidas como fundamentais para fortalecer as bases estruturais do desenvolvimento socioeconômico das comunidades e para viabilizar outras ações produtivas, sociais e territoriais.

As propostas envolvem a ampliação do acesso à água de qualidade, à energia, ao saneamento básico, à regularização fundiária e à comunicação, reconhecendo que essas condições impactam diretamente a inclusão produtiva e a geração de renda. Destaca-se também a ampliação da rede de telefonia e da conectividade como eixo estratégico, contribuindo para a melhoria da comunicação comunitária e para o fortalecimento das atividades produtivas, comerciais e de serviços. Nesse sentido, aponta-se a possibilidade de construção de projetos regionalizados de infraestrutura, considerando problemas comuns e soluções compartilhadas entre as comunidades da Região 5.



Energia

Energia elétrica

Usina solar e cooperativa
para venda de energia

Energia solar

Fazenda solar

Comunicação

Ampliação da rede de
telefonía e de internet
rural para auxiliar o
contato com clientes,
vendas e pagamentos

Saneamento básico

Aterro comunitário/
reciclagem

Saúde

Academia comunitária



Foto: Gia Dias



Danos coletivos e socioeconômicos

**1 — Água**

Danos associados à perda ou à diminuição do acesso à água

1 — Alteração, interrupção ou restrição de atividades econômicas desenvolvidas nas comunidades (irrigação, dessedentação animal, produção aquícola, pesca, piscicultura, agricultura familiar, extrativismo animal, etc.) em razão de falta de acesso, insegurança hídrica ou acesso restrito a água, em quantidade e/ou qualidade.

2 — Alteração, interrupção ou restrição de atividades culturais coletivas (celebrações religiosas, atividades comunitárias de lazer, etc.) em razão de insegurança hídrica, falta de acesso ou acesso restrito a água, em quantidade e/ou qualidade.

3 — Recomendação, proibição ou redução do consumo de água de diversas fontes.

4 — Afetação das benfeitorias (deterioradas ou inutilizadas) relacionadas aos tanques de peixes e aos reservatórios de água para consumo humano ou dessedentação animal.

2 — Alimentação

Danos associados à redução da oferta ou da produção de alimentos

1 — Comprometimento da cadeia da pesca em razão das alterações dos recursos pesqueiros (por perda de indivíduos da ictiofauna, incluindo adoecimento e parasitoses em peixes, podendo levar ao desaparecimento de espécies, alteração da composição e da estrutura da ictiofauna, incluindo perda da biodiversidade de espécies nativas ou endêmicas e perda de sítios de reprodução da ictiofauna).

2 — Comprometimento da cadeia produtiva agrícola e extrativista em decorrência de desequilíbrios da flora e da fauna ocasionados pelo rompimento.

3 — Redução da oferta de alimentos, impossibilidade de manutenção de modos de produção e hábitos alimentares.

4 — Redução ou interrupção na produção de alimentos.

5 — Insegurança quanto ao consumo do pescado e/ou dos alimentos produzidos nos territórios.

6 — Risco à saúde de animais de consumo alimentar, agravado pela exposição à contaminação de águas (subterrâneas ou superficiais), solo ou sedimentos.

7 — Diminuição da oferta de alimentos em razão da interrupção ou da diminuição da agricultura familiar, dos quintais produtivos, do extrativismo e da criação de animais.

3 — Infraestrutura

Danos que impactam negativamente o acesso e o uso de infraestruturas básicas

1 — Alteração, interrupção ou comprometimento do acesso e/ou do funcionamento dos serviços públicos de educação.

4 — Moradia

Danos que reduzem e dificultam as condições de moradia e habitabilidade de comunidades urbanas e rurais

1 — Privação de liberdade e aumento da sensação de insegurança em razão da presença constante de pessoas estranhas às comunidades, somada ao aumento de roubos e furtos, o que tem levado à adoção de medidas como o gradeamento de moradias e empreendimentos.

2 — Deslocamento forçado do território para outras localidades e desterritorialização.

EIXO  BEM JURÍDICO	DESCRIÇÃO DO DANO COLETIVO
Soberania - Água, Alimentação e Energia	5 – Atividade econômica Danos que impactam negativamente o comércio e a economia local 1 – Diminuição, perda e/ou restrição da economia, incluindo fragilização das relações comerciais. 2 – Diminuição, perda e/ou restrição da economia agropecuária. 3 – Danos e prejuízos ao setor da piscicultura. 4 – Danos e prejuízos ao setor de comércio formal e informal, pousadas, rede hoteleira, bares e serviços. 5 – Estigmatização de produtos e serviços em decorrência de percepções baseadas em estereótipos que levam a uma visão negativa sobre os territórios atingidos, desencadeando desvalorização econômica pela dificuldade de aceitação no mercado. 6 – Afetações aos ciclos econômicos tradicionais (como feiras, festas, eventos artísticos, entre outros). 7 – Afetações a outras cadeias econômicas de menor escala. 8 – Diminuição, perda e/ou restrição da economia extrativista. 9 – Diminuição, perda e/ou restrição econômica da cadeia da pesca.
	6 – Mobilidade Danos que impactam o transporte e a circulação 1 – Privação de liberdade e aumento da sensação de insegurança em razão da presença constante de pessoas estranhas às comunidades, somada ao aumento de roubos e furtos, o que tem levado à adoção de medidas como a limitação dos horários de circulação de moradores.
Trabalho e Renda	7 – Posse e propriedade Danos aos direitos e aos usos de propriedades privadas e coletivas 1 – Depreciação do mercado imobiliário em razão da diminuição do valor de venda dos imóveis e/ou diminuição dos valores de aluguéis e arrendamentos, com reflexo na desvalorização de benfeitorias.
	8 – Produção Danos associados à perda ou à restrição da produção agrícola, agropecuária e extrativista 1 – Interrupção ou diminuição no comércio de pescados e derivados, insumos e materiais utilizados na pesca e/ou na piscicultura. 2 – Perda da capacidade produtiva devido à perda ou à deterioração de máquinas, equipamentos ou estoques (seja por avaria ou necessidade de desfazer desses). 3 – Danos às atividades de beneficiamento/processamento de produtos. 4 – Alteração, interrupção ou enfraquecimento das atividades de associações e cooperativas de produção. 5 – Fragmentação ou enfraquecimento de conexões e colaborações entre os diversos agentes envolvidos (agricultores, pescadores, piscicultores, artesãos, comerciantes, entre outros), impossibilitando o compartilhamento de informações, conhecimentos e recursos (humanos e/ou materiais). 6 – Fragmentação ou enfraquecimento de conexões e colaborações entre os diversos agentes envolvidos (agricultores, pescadores, piscicultores, artesãos, comerciantes, entre outros), comprometendo a economia do território e a capacidade de adaptação da cadeia produtiva como um todo.

EIXO	ÍCONES	BEM JURÍDICO	DESCRIÇÃO DO DANO COLETIVO
Trabalho e Renda		8 – Produção Danos associados à perda ou à restrição da produção agrícola, agropecuária e extrativista	7 – Dificuldade e/ou precarização do acesso a políticas de subsídios, crédito agrícola, seguro rural, assistência técnica e capacitação por comunidades rurais atingidas em razão do endividamento pela menor aceitação dos produtos e serviços no mercado. 8 – Desmotivação e/ou abandono de atividades produtivas nas comunidades rurais atingidas e/ou abandono do campo em decorrência da intensificação das desigualdades, da limitação do desenvolvimento econômico e social e/ou da estigmatização dos produtos e serviços e/ou das pessoas atingidas.
		9 – Renda Danos que reduzem o acesso à renda ou aumentam os custos de vida	1 – Danos decorrentes da perda de redes de compra, venda e troca de produtos e serviços, de relações econômicas, oportunidades de empregos, clientes, negócios, empreendimentos, aluguéis, entre outros.
		10 – Trabalho Danos que prejudicam as oportunidades e as condições de trabalho	1 – Danos ao direito ao trabalho e às oportunidades de trabalho.
		11 – Turismo Danos que reduzem as oportunidades e os benefícios do turismo	1 – Arrefecimento da economia do turismo pela interrupção ou diminuição do fluxo de turistas e visitantes nos territórios. 2 – Interrupção, diminuição e/ou alteração na cadeia econômica do turismo, afetando a produção, comércio e serviços formais ou informais, como a rede hoteleira, pousadas, bares, restaurantes, aluguéis de temporada, geração de emprego e renda, entre outros. 3 – Alteração dos pontos e atrativos turísticos, como no caso dos recursos hídricos que anteriormente ao rompimento atraíam turistas para as comunidades, mas que, em razão da contaminação, deixaram de visitá-las. 4 – Alteração dos pontos e atrativos turísticos, como no caso dos recursos hídricos que anteriormente ao rompimento atraíam turistas para as comunidades, mas que, em razão do estigma, deixaram de visitá-las.
		12 – Educação Danos que dificultam o acesso à educação e prejudicam as condições de ensino	—
Educação, Cidadania e Cultura		13 – Lazer Danos que reduzem o acesso ao lazer	1 – Perda ou restrição ao lazer e ao esporte em razão da perda de formas de contemplação do ambiente natural. 2 – Danos a outras práticas esportivas e às mais diversas opções de recreação nos territórios, que constituem base importante para o bem-estar da comunidade.
		* – Luto e memória do desastre — Dano referente ao sentimento de luto	—

14 – Patrimônio cultural e cultura

Danos que afetam o patrimônio e as manifestações culturais locais

- 1 – Dano às expressões religiosas coletivas, comprometendo as tradições e rituais de fé.
- 2 – Afetação à continuidade de festividades, cultos e conexão com o sagrado pela dificuldade e/ou impossibilidade de encontrar os recursos naturais necessários para as práticas espirituais e de acessar os locais ideais para tais práticas.
- 3 – Dano à preservação das práticas fundamentais que compõem a identidade espiritual e cultural das comunidades.
- 4 – Danos à cultura no território, como a interferência ou impedimento de práticas relacionadas à cultura, história ou tradição locais.
- 5 – Interferência, alteração de práticas religiosas e de outras atividades culturais, provocando danos à identidade e violação ao sentimento de pertencimento pelas comunidades, afetando também práticas de memória, saberes e tradição oral.
- 6 – Dissolução e inviabilização do exercício e/ou impedimento do acesso a organizações sociais, práticas religiosas e manifestações culturais comunitárias, incluídas festas, celebrações populares e repasse dos modos tradicionais de fazer.

15 – Saúde

Danos que dificultam o tratamento e agravam as condições de saúde física e mental

- 1 – Aumento do sofrimento físico no território, em razão de adoecimento ou agravamento de doenças crônicas (tais como hipertensão e diabetes).
- 2 – Surgimento e/ou agravamento sistêmico do adoecimento mental nos territórios em decorrência do aumento dos transtornos mentais multicausais e de tentativas de autoextermínio.
- 3 – Surgimento e/ou agravamento sistêmico do adoecimento mental nos territórios em decorrência do aumento de demandas por cuidados, sobrecarregando familiares e comunidade de membros adoecidos.
- 4 – Surgimento e/ou agravamento sistêmico do adoecimento mental nos territórios em decorrência da sobrecarga de demanda por participação no processo de reparação (cobranças familiares, comunitárias e/ou das Comissões, por exemplo; estresse e cansaço).
- 5 – Surgimento e/ou agravamento sistêmico do adoecimento mental nos territórios em decorrência do aumento de conflitos comunitários, aumento de consumo de antidepressivos, aumento de distúrbios do sono e/ou ausência de encontros e festividades.
- 6 – Dano à saúde pública em decorrência do aumento do consumo de álcool e outras drogas entre a população atingida.

16 – Socioassistência

Danos que agravam vulnerabilidades e dificultam o acesso a serviços e direitos socioassistenciais

- 1 – Aumento das vulnerabilidades socioeconômicas nos territórios (situação de precariedade e carência).
- 2 – Ampliação da vulnerabilidade de crianças e jovens em razão da alteração negativa da proteção integral e das políticas socioassistenciais.

17 – Sociabilidade e modos de vida – Danos que prejudicam relações comunitárias, familiares e projetos de vida

- 1 – Afetações aos intercâmbios socioculturais em razão da interrupção, diminuição ou comprometimento dos deslocamentos entre as comunidades como consequência do assoreamento dos cursos hídricos e/ou à dificuldade de acesso às suas margens.
- 2 – Agravamento da morbimortalidade por causas externas (violência interpessoal, automutilação, acidentes...)

EIXO	 BEM JURÍDICO	DESCRIÇÃO DO DANO COLETIVO
Educação, Cidadania e Cultura	17 – Sociabilidade e modos de vida – Danos que prejudicam relações comunitárias, familiares e projetos de vida	3 – Afetação à identidade e à organização social, gerando efeitos nos modos de vida e nas práticas de cunho coletivo das comunidades e territórios.
		4 – Alterações nos costumes e práticas sociais que faziam parte da história territorial e que caracterizavam as formas de pertencimento e de ser e estar, afetando, assim, a percepção de valor da própria identidade coletiva dos grupos sociais.
		5 – Restrições às atividades culturais e de troca das relações sociais, identitárias e de pertencimento comunitário em virtude do rompimento.
		6 – Prejuízos aos encontros comunitários e à sua importância para a manutenção da cultura local.
		7 – Agravamento de danos aos grupos específicos (mulheres, pescadores, população negra, idosos, crianças, jovens e outros) em decorrência das condições de vulnerabilidade, das vivências e das particularidades dos modos de vida desses grupos, os quais vivenciam os danos de forma distinta de outras coletividades.
		8 – Aumento da violência em decorrência da ampliação da vulnerabilidade social e da insegurança nas comunidades.
		9 – Danos à qualidade de vida da população atingida pelo aumento das áreas inundadas e do risco de incêndios.
		10 – Perda de laços e alteração da dinâmica demográfica, incluindo saída compulsória da comunidade por falta de oportunidades laborais ou outro motivo relacionado ao rompimento.
		11 – Alteração profunda das atividades diárias e modos de vida habituais, gerando uma ruptura nas rotinas estabelecidas, demandando reorganização e adaptações forçadas das práticas cotidianas das coletividades para lidar com os danos e mudanças não previstas antes do rompimento.
Povos e Comunidades Tradicionais	18 – Economia tradicional Danos aos bens, às posses e às atividades econômicas tradicionais	1 – Comprometimento, interrupção e/ou alteração da subsistência dos Povos e Comunidades Tradicionais em decorrência dos danos às atividades agropecuárias, da pesca e/ou do extrativismo.
		2 – Comprometimento, interrupção e/ou alteração na comercialização dos produtos e na oferta de serviços pelos Povos e Comunidades Tradicionais em decorrência da diminuição de turistas nos territórios.
		3 – Comprometimento, interrupção e/ou alteração na comercialização dos produtos e na oferta de serviços pelos Povos e Comunidades Tradicionais em decorrência da estigmatização desses produtos, serviços e dos territórios.
	19 – Tradição cultural Danos à cultura, à sociabilidade e à religiosidade tradicional	1 – Comprometimento, interrupção e/ou alteração da reprodução sociocultural dos Povos e Comunidades Tradicionais em decorrência da fragilização do direito à autodeterminação e da autonomia à livre escolha das suas formas de vida.
		2 – Comprometimento, interrupção e/ou alteração da identidade sociocultural dos Povos e Comunidades Tradicionais, em decorrência dos danos aos saberes tradicionais, aos modos de vida e às tradições comunitárias e/ou religiosas.
		3 – Diminuição da frequência ou interrupção das celebrações tradicionais e dos cultos dos Povos e Comunidades Tradicionais.
		4 – Comprometimento, interrupção e/ou alteração dos ofícios tradicionais, realizados conforme os saberes tradicionais, transmitidos na oralidade e aperfeiçoados a partir do convívio com o território.

Organização

Júlia Barbosa
Taís Sousa

Texto – Apresentação

Júlia Barbosa

Texto – Projetos comunitários na Região 5: caminhos coletivos para semear o futuro

Caroline Almeida
Felipe Soares
Gustavo Leite
Jéssica Poliane Santos
Poliana Rodrigues
Raphaela Nascimento
Tarsila Esteves

Texto – As águas nos unem: o retrato de uma luta da Região 5

Integrantes das Comissões
da Região 5

Entrevistas

Daniela Paoliello
Jheniffer Lourenço
Natália Ferraz
Paulo Marques
Poliana Rodrigues

Edição de textos

Mathias Botelho
Natália Ferraz

Edição de imagens

Daniela Paoliello
Priscila Justina

Revisão

Joana Tavares
Mathias Botelho
Natália Ferraz

Levantamento de potencialidades junto às pessoas atingidas

Adriano Costa
Ana Carolina Januário
Aline Raquel Mesquita
Camila de Jesus Luz
Caroline Almeida

Cecília Maria Santiago
Dayana Maria Fonseca
Diêgo Sousa
Edilson Francisco Raposo
Edson de Jesus Gomes
Eduarda Alves
Elisama Santos
Enya Barros
Erna Holzinger
Felipe Soares
Franciely Braga
Francisco Rocha
Guilherme Peron
Gustavo Leite
Hebiene Silva
Jéssica Poliane Santos
Jonas Veloso
Júlia Bonifácio
Ketnny Sousa
Laryssa Nascimento
Luana Hanauer
Maria Luisa Lelis
Naiara Oliveira
Nathanne Costa
Poliana Rodrigues
Raiza Feitosa
Raquel Faria
Raphaela Nascimento

Roberta Gonçalves
Shara Borges
Tarsila Esteves
Thaline Bárbara Campos
Vanessa Campos
Wanderley Silveira
Zilda Onofri

Sistematização e organização do conteúdo

Amanda Guerra
Júlia Barbosa
Taís Sousa
Thais Moura

Projeto gráfico e ilustração

Priscila Justina

Fotografias

Daniela Paoliello, Fabiano Lana,
Gia Dias, João Carvalho, Léo Souza,
Paulo Marques e Pedro Lavigne
(Guaicuy); Mídia Jovem; Renato
Trentin, Zbynek Burival e Ashleigh
Shea (Unsplash)



ANEXO
1.1

**PROJETOS DAS
COMUNIDADES
ATINGIDAS**